

Sumário

CAPÍTULO I ► CONCEITOS ESSENCIAIS	21
1. Tutela coletiva e meios de solução coletiva de conflitos.....	21
2. Ação coletiva e processo coletivo.....	22
2.1. Situações limítrofes.....	23
3. Classificações doutrinárias	24
3.1. Processo coletivo comum e processo coletivo especial.....	24
3.2. Tutela coletiva pela via principal e tutela coletiva pela via incidental.....	24
3.3. Tutela metaindividual (transindividual) e tutela pluri-individual	25
3.4. Técnicas individuais de repercussão coletiva e técnicas coletivas de repercussão individual.....	25
3.5. Coletivização parcial e coletivização total	26
3.6. Tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos.....	26
CAPÍTULO II ► ORIGEM DA TUTELA COLETIVA	27
1. Origem remota.....	27
2. Origem próxima	28
CAPÍTULO III ► LEGISLAÇÃO NO BRASIL	29
1. Evolução legislativa	29
2. Microssistema de tutela coletiva	34
CAPÍTULO IV ► PRINCÍPIOS DO PROCESSO COLETIVO	37
1. Acesso à justiça	37
2. Universalidade da jurisdição	38
3. Isonomia	38
4. Segurança jurídica	39
5. Economia processual.....	39
6. Devido processo legal coletivo	40
7. Primazia do mérito ou continuidade da ação coletiva	40
8. Disponibilidade motivada (da ação e dos recursos)	40
9. Não taxatividade.....	43

10. Atipicidade, máxima amplitude ou absoluta instrumentalidade	48
11. Obrigatoriedade temperada ou mitigada (indisponibilidade).....	51
12. Discricionariedade controlada	51
13. Obrigatoriedade da execução	51
14. Prevalência da execução dos prejuízos individuais	53
15. Participação	53
16. Publicidade	53
17. Ampla divulgação ou adequada notificação dos membros do grupo.....	54
18. Informação aos legitimados	54
19. Máximo benefício ou regime jurídico <i>in utilibus</i>	56
20. Reparação integral do dano	56
21. Máxima efetividade, predominância dos aspectos inquisitivos ou ativismo judicial	57
22. Competência adequada	58
23. Aplicação integrada das normas.....	58
CAPÍTULO V ▶ DIREITOS E INTERESSES	59
1. Terminologia.....	59
1.1. Interesse material e interesse processual.....	59
1.2. Interesse privado, interesse social, interesse geral e interesse público.....	59
1.3. Interesses ou direitos coletivos?	60
2. Classificação.....	62
2.1. Direitos difusos	64
2.2. Direitos coletivos.....	65
2.3. Direitos individuais homogêneos	67
2.4. Direitos individuais indisponíveis.....	70
2.5. Quadro síntese	72
3. Direitos essencialmente coletivos e direitos acidentalmente coletivos.....	74
4. Objetos específicos	74
4.1. Ação popular.....	74
4.2. Ação de improbidade administrativa.....	76
4.3. Mandado de segurança coletivo	78
4.4. Mandado de injunção coletivo	79
CAPÍTULO VI ▶ CONFLITOS COLETIVOS	81
1. Classificação.....	81

1.1. Litígios transindividuais de difusão global	82
1.2. Litígios transindividuais de difusão local	82
1.3. Litígios transindividuais de difusão irradiada.....	83
1.4. Quadro síntese	84
CAPÍTULO VII ► LEGITIMIDADE	85
1. Natureza.....	85
2. Legitimados ativos	88
2.1. Ação civil pública.....	88
2.1.1. Ministério Público	89
2.1.2. Defensoria Pública	94
2.1.3. Administração Pública	100
2.1.4. Associações.....	101
2.1.5. Sindicatos.....	111
2.1.6. Partidos políticos	112
2.1.7. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).....	112
2.1.8. Cooperativas.....	113
2.1.9. Comunidades indígenas	114
2.2. Ação popular.....	114
2.3. Ação de improbidade administrativa	119
2.4. Mandado de segurança coletivo	120
2.5. Mandado de injunção coletivo	124
3. Legitimados passivos.....	125
3.1. Ação civil pública.....	125
3.2. Ação popular	126
3.3. Ação de improbidade administrativa	126
3.4. Mandado de segurança coletivo	127
3.5. Mandado de injunção coletivo	129
4. Legitimidade bifronte	130
5. Representatividade adequada.....	132
6. Legitimidade extraordinária convencional	133
7. Quadro síntese.....	134
CAPÍTULO VIII ► LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÕES	135
1. Litisconsórcio	135
2. Intervenção do indivíduo	137
3. Intervenção do Ministério Público e da Defensoria Pública.....	140
4. Intervenção de terceiros.....	143

CAPÍTULO IX ▶ COMPETÊNCIA	145
1. Competência de Justiça	145
2. Competência de foro	146
2.1. Ação civil pública	146
2.2. Ação popular	149
2.3. Ação de improbidade administrativa	152
2.4. Mandado de segurança coletivo	153
2.5. Quadro síntese	153
3. Competência de juízo	153
 CAPÍTULO X ▶ RELAÇÃO ENTRE AÇÕES	 159
1. Relação entre ações coletivas	159
2. Relação entre ação coletiva e ações individuais	165
2.1. Ação individual anterior à ação coletiva	166
2.2. Ação coletiva anterior à ação individual	170
2.3. Quadro síntese	171
 CAPÍTULO XI ▶ SENTENÇA E COISA JULGADA	 173
1. Sentença coletiva	173
1.1. Direitos difusos e coletivos	173
1.2. Direitos individuais homogêneos	177
2. Coisa julgada	180
2.1. Limites objetivos	180
2.2. Limites subjetivos	180
2.3. Limites territoriais	183
2.4. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	187
2.5. Coisa julgada <i>secundum eventum litis in utilibus</i>	190
3. Transporte <i>in utilibus</i>	191
4. Coisa julgada coletiva penal	192
 CAPÍTULO XII ▶ MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES	 193
1. Recursos	193
1.1. Cabimento	193
1.2. Legitimidade	195
1.3. Interesse	196
1.4. Tempestividade	196
1.5. Desistência e renúncia	197
1.6. Efeito suspensivo	198

2. Remessa necessária	199
3. Requerimento de suspensão da decisão	203
CAPÍTULO XIII ▶ LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO	207
1. Direitos transindividuais.....	207
2. Direitos individuais homogêneos.....	208
3. Modalidades de execução	209
3.1. Execução coletiva	210
3.2. Execução individual.....	212
3.3. Execução pseudocoletiva.....	213
4. Meios executivos	214
5. Execução provisória.....	218
6. Execução negociada	219
CAPÍTULO XIV ▶ TEMAS PECULIARES DO PROCESSO COLETIVO.....	221
1. Despesas processuais	221
2. Tutela provisória.....	229
3. Ação coletiva passiva	232
4. Controle de constitucionalidade	234
4.1. Controle de políticas públicas	235
5. Processos estruturantes.....	239
6. Acordos.....	241
6.1. Improbidade administrativa	243
7. Negócios jurídicos processuais	246
8. Ônus da prova	247
9. Peculiaridades procedimentais.....	248
9.1. Emenda da petição inicial	248
9.2. Reconvenção	249
9.3. Ação popular.....	250
9.4. Ação de improbidade administrativa.....	252
10. Prescrição	252
11. Decadência.....	260
12. Dano moral coletivo	261
CAPÍTULO XV ▶ INSTRUMENTOS EXTRAJUDICIAIS.....	265
1. Procedimentos instrutórios	265
1.1. Inquérito civil	266

1.1.1. Instauração	272
1.1.2. Instrução	274
1.1.3. Conclusão.....	275
2. Recomendação	278
3. Compromisso de ajustamento de conduta.....	280
3.1. Termo de ajustamento de conduta	285
4. Mediação e arbitragem	290
BIBLIOGRAFIA	291